



ATA N.º 2/2024

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2024
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 20 DE FEVEREIRO DE 2024

-----No dia 20 de fevereiro de 2024, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de fevereiro de 2024 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 19 de fevereiro de 2024 e de que faltam tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 2 - *Apreciação e votação da versão final da Carta Educativa 2.ª Geração do Município de Lagos;*
- PONTO 3 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Acesso à Habitação de Lagos;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de designação de Fiscal Único, efetivo e suplente, para a Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva, E.M., S.A.;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da emissão de autorização prévia do compromisso plurianual referente a aquisição de Serviços de vigilância humana para o Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da Proposta referente à segunda alteração do Regulamento Orgânico do Município de Lagos;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de isenção de pagamento de taxas pela emissão das Licenças de instalação e funcionamento do recinto itinerante e licença especial de ruído do Circo Nederland.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Dado o pedido de substituição, para este dia, da Sra. Presidente da Mesa, Sra. Maria Joaquina Matos (PS) e estando presentes a Primeira e o Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Sra. Maria Paula Couto (PS) e o Sr. José Jácome (PS), assumiu funções de Presidente da Mesa a Primeira Secretária, passando o Segundo Secretário a exercer funções de Primeiro Secretário. A Sra. Presidente, em exercício, convidou para exercer as funções de Segunda Secretária, durante esta Reunião, um Membro do PS, Sra. Maria Manuela Rodrigues. Verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 42 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Freguesia de Odiáxere)
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra



Fl. 24v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	José António do Espírito Santo Nunes (Secretário da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos)
PS	José António dos Santos Guerreiro
PS	José Manuel da Silva Jácome (1.º Secretário, em exercício)
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues (2.ª Secretária, em exercício)
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (Presidente, em exercício)
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes
PS	Rute Alexandra Campos Domingos
PSD	Milvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias
BE	David Eduardo Vicente Roque

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas	Reunião	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	Madeleine Filipe Fernandes da Silva	Reunião	José Domingos
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos	Reunião	Madeleine Filipe Fernandes da Silva



-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - TOMADA DE POSSE:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	José Domingos	Reunião	Rute Alexandra Campos Domingos
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	Reunião	Maria Teresa Andrês Gonçalves

-----ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO A MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, a seguir indicada:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Maria Teresa Andrês Gonçalves

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma, foi pela Mesa consideradas justificadas a falta dada pela seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA MEMBRO	REUNIÃO
PS	Maria Teresa Andrês Gonçalves	20/02/2024

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira – Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho – Vereadora
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira – Vereador

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador



Fl. 25v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

PS	Sandra Maria Almada de Oliveira – Vereadora
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes – Vereador

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DA CARTA EDUCATIVA 2.ª GERAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-678-11.-----

-----A Sra. Susana Magalhães (Quarternaire) referiu que a Carta Educativa é um instrumento de planeamento municipal que deve integrar o PDM uma vez que determina a estratégia e planeamento e ordenamento do território e que se pretende definir a rede de estabelecimentos educativos numa lógica da racionalização dos recursos físicos, materiais e humanos com vista a assegurar uma qualidade dos espaços de forma a adequar a oferta de educação e de formação à procura de promover o sucesso educativo. Referiu ainda que a Carta Educativa está em vigor desde 2018, daí a necessidade de atualizar este documento, devido a alterações no quadro normativo e à transferência de competências em matéria de educação para o Município. Assim, determinou-se a atualização do documento que já estava em vigor, com o objetivo de integrá-los e desenvolvê-los de forma mais aprofundada no diagnóstico da situação atual e incluir algumas propostas de intervenção, além das propostas físicas. Disse que esta Carta foi aprovada pelo Conselho Municipal de Educação e foi posteriormente ajustada de modo a responder a algumas recomendações e a algumas imposições da DGESTE passando a incluir a definição de uma opção do Município para a implementação física nos estabelecimentos no sentido de ter uma pronúncia favorável nestas unidades governamentais com competência na matéria. Esta Carta integra a informação recolhida presencialmente e nas reuniões realizadas com os agrupamentos e com a Câmara Municipal, bem como os dados estatísticos disponibilizados sobre todos os estabelecimentos de ensino e educação que formam as redes de educação pública e privada do Município, relativamente ao Ano Letivo 2022/2023, com a projeção de residentes para os próximos dez anos, baseada nos censos de 2021. Explicou que a rede pública é formada por doze estabelecimentos de ensino constituídas por quatro escolas de primeiro ciclo, quatro escolas de primeiro ciclo com pré-escolar, duas escolas com segundo e terceiro ciclos e as duas escolas secundárias e que a rede é complementada pela rede solidária de estabelecimentos de ensino com a oferta de jardim de infância e que todos, praticamente, têm berçário e creche. Quanto à rede particular tem quatro estabelecimentos com os quatro níveis de ensino que complementam a rede pública.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.44

-----A Sra. Filipa Barreira (Quarternaire) referiu que se tem verificado, desde 2017, um acréscimo de alunos e que desde o Ano Letivo 2017/2018, os que cresceram mais foi os ensinos pré-escolar e secundário, com um aumento de 13% na educação pré-escolar e 27% no secundário. Esta evolução é o reflexo do aumento de alunos estrangeiros e que, em 2022/2023 já representavam 8% dos alunos inscritos e que desde o Ano Letivo 2017/2018 tem se verificado um aumento destes alunos sendo que em 2022/2023 o número de alunos estrangeiros cresceu cerca de 310 alunos representando um aumento de 85%. Referiu ainda que o peso das crianças inscritas nos jardins de infância da rede pública que se tem mantido, nos últimos seis anos letivos, com o peso de 30%, sendo que o peso da rede solidária tem se verificado nos 46%. Da caracterização socioeconómica do Concelho, observou-se que os pontos fortes incluem a rede alargada de pré-escolar, que em complementaridade com a rede pública permitiu elevar a taxa de escolarização para dar resposta às crianças residentes no Concelho nos últimos cinco anos, e as condições dos edifícios do 1.º ciclo decorrentes das obras de ampliação. Temos um centro escolar novo, boas colaborações entre o Município e as escolas, uma relação positiva das taxas de retenção e desistência no ensino básico, e frisou-se que o Agrupamento de Escolas Gil Eanes é uma das unidades de referência na intervenção precoce. Além disso, os centros de estudo têm apoiado a aprendizagem na maioria dos estabelecimentos, e a implementação de um rácio adaptado de Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos nas escolas mostra um aumento significativo em relação ao rácio do Ministério da Educação. Quanto aos pontos fracos, destacou alguma limitação da ampliação de alguns estabelecimentos, nomeadamente, ao nível do Jardim de infância do 1.º Ciclo, o mau estado de conservação da Escola Básica 2,3 das Naus e da Escola Secundária Gil Eanes, a taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário 2020/2021 ainda está acima da registada para a região do Algarve, a saturação dos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclos e os pais e encarregados de educação, pouco envolvidos na participação escolar dos seus educandos. Nas oportunidades destaca-se a riqueza e diversidade do património cultural e histórico do Município, a dinâmica demográfica do Município, a integração na Associação Internacional das Cidades Educadoras, a tendência para o aumento da procura do Ensino Básico e Secundário nos próximos anos quando as estatísticas indicam o aumento da população em idade escolar. A existência de um centro Qualifica, a existência de um centro de formação para educadores e professores, a existência de um centro tecnológico para as energias renováveis, o processo de descentralização de competências dos Municípios em matéria de educação. Quanto às Ameaças destacam-se as incertezas, quanto às entidades de financiamento, a idade avançada dos Assistentes Operacionais, as alterações na procura dentro das dinâmicas demográficas e as alterações constantes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Fl. 26v.

da legislação relativa ao sistema educativo. Sobre as taxas de ocupação dos estabelecimentos de ensino referiu que há uma escola com a taxa de ocupação de 100% no caso de salas com vinte e cinco alunos e, no caso de vinte alunos, essa taxa de ocupação é ultrapassada em todas as escolas. Relativamente às estatísticas da população residente em idade de pré-escolar verifica-se um aumento do número de crianças até 2031 e, se se contasse apenas com a rede pública, as escolas abrangeriam apenas 30% desta população só sendo possível com esta rede solidária e privada a resposta a todas as inscrições que, mesmo assim ficam no limite. Relativamente ao 1.º ciclo, referiu que existem cerca de cinquenta e sete salas de aula, representando uma taxa de ocupação de 82%, considerando vinte e quatro alunos por turma. No caso de turmas com vinte alunos, verifica-se que metade das escolas tem taxas de ocupação superiores a 100%. No Agrupamento Gil Eanes, com um total de 34 salas, destaca-se a Escola Básica da Ameijeira, com uma taxa de ocupação mais elevada, de cerca de 98%, enquanto a Escola Básica de Bensafrim apresenta a taxa de ocupação mais baixa, com 47%. Por sua vez, no Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, que tem um total de 23 salas de 1.º ciclo, a Escola Básica de Santa Maria tem a ocupação mais elevada, e a Escola Básica Número Um tem a taxa de ocupação mais baixa, com cerca de 81% da capacidade. As estatísticas preveem um aumento até 2031, o que tornará o número de salas insuficiente. Relativamente ao 2.º e 3.º ciclos, verifica-se que uma taxa global de ocupação superior a 100% no Ano Letivo de 2022/2023, com as medidas provisórias de alargamento onde, no caso da Escola Básica 2,3 das Naus, aumentou-se cerca de oito salas e, no caso da Escola Básica 2,3 Tecnópolis, fez-se a reconversão dos espaços que aumentou a capacidade em mais seis salas, a média fica, na mesma, nos 106% de ocupação. Relativamente às Estimativas, prevê-se um acréscimo das faixas etárias dos 10-11 anos (5.º e 6.º anos) e 12-14 anos (3.º ciclo) e que em 2027 residam 1671 jovens no Concelho entre os 10 e os 14 anos verificando-se a falta de vagas nas escolas. Relativamente ao ensino secundário, que contém o 9.º ano, tem a capacidade de 51 salas regulares e 31 salas técnicas sendo que a maioria das salas encontram-se na Escola Secundária Júlio Dantas tendo, nas duas escolas, a capacidade de 1941 alunos tendo uma média de ocupação de 105% porém, se todas as turmas tiverem vinte e oito alunos, a taxa de ocupação é de 87%; relativamente às Estatísticas, prevê-se que os 1362 já contam com as crianças entre os quinze e os dezassete anos das Terras do Infante existindo a capacidade de se ter mais alunos.-----

-----A Sra. Susana Magalhães (Quarternaire), referiu que a Carta Educativa foi aprovada com dois cenários e que continuam a fazer parte do documento sendo que o cenário A, que diz respeito à ampliação de uma escola do 1.º Ciclo com Jardim de Infância e a ampliação das escolas EB 2,3 e com uma ligeira ampliação da Escola Gil Eanes. Em termos de obra, seria a ampliação da Escola Básica Sophia de Mello Breyner Andresen que, por imposição da DGESTE, a Câmara Municipal teve de fazer uma escolha, uma vez que, esta escola tem uma maior capacidade de ampliação; a ampliação da Escola EB 2,3 das Naus com mais treze salas de aula, a ampliação da Escola EB 2,3 Tecnópolis com mais doze salas de aula e a ampliação da Escola Gil Eanes com mais três salas de aula, a par das intervenções de requalificação, algumas decorrentes das obras de ampliação havendo a necessidade de adaptação às valências



complementares e a manutenção corrente dos restantes estabelecimentos que é efetuada ao longo dos anos. Referiu ainda que a capacidade da Rede Pública, perante este cenário, com a previsão de haver 980 residentes entre os três e os cinco anos fica acima da oferta existente, mesmo com a ampliação de duas salas de aula, tendo sempre que se contar com a oferta privada e solidária e mesmo com as ampliações é possível aliviar os níveis de saturação dos estabelecimentos de ensino. Neste cenário destacam-se as seguintes vantagens: o aumento de vinte e cinco salas de aula contando com a capacidade máxima de vinte e oito alunos por turma, face à oferta atual, do segundo e terceiro ciclos; o aumento de três salas na Escola Secundária Gil Eanes de forma a atenuar alguma sobrelotação; a melhoria do conforto e da funcionalidade dos estabelecimentos; um eventual acesso a financiamento externo, no que diz respeito à Escola das Naus sendo considerada uma escola prioritária de modernização no âmbito do processo de transferência de competências e a eventual oportunidade de aquisição de financiamento para os restantes estabelecimentos escolares no âmbito do programa Portugal 2030; a concentração do horário das atividades letivas no período da manhã nas escolas do 2.º e 3.º ciclos considerado mais produtivo; a supressão de necessidades de espaço para a adequação à introdução de valências complementares em função do bom funcionamento do serviço escolar e da qualidade da oferta educativa; o aumento da qualidade da capacidade da Rede Pública de modo a combater às dinâmicas demográficas; não existe a necessidade de aquisição de terrenos para construção de novos equipamentos escolares. No entanto destacam-se as seguintes desvantagens: continuação de limitação de espaço ao nível da educação pré-escolar ao nível da Rede Pública, face às projeções da população entre os três e os cinco anos; um aumento parcial com os custos de recursos humanos; o risco da procura insuficiente da rede pré-escolar; um custo elevado para as correções da degradação profunda registadas nos vários estabelecimento, nomeadamente nas escolas das Naus e Gil Eanes; alterações da procura decorrentes das dinâmicas demográficas e a outras variáveis que o Município não controla; a diminuição do espaço exterior do recreio escolar; responde a um cenário conservador do número de alunos, ou seja, pode condicionar um aumento estimado da população residente nas faixas etárias dos dez aos catorze anos não esquecendo que o nono ano funciona nas escolas secundárias; um contexto de incerteza em relação às oportunidades de financiamento que implica um esforço de investimento municipal no que visa aos problemas de sobrelotação diagnosticados ao longo dos anos. Outro cenário possível, seria a construção de uma escola básica integrada com jardim de infância e a ampliação da escola Gil Eanes, no total a Rede Pública ficaria com dezasseis salas de jardim de infância, sessenta e três salas de primeiro ciclo, setenta e três salas de segundo e terceiro ciclos, e setenta e duas salas de Ensino Secundário, a par das requalificações dos estabelecimentos, ou seja, a ampliação da Gil Eanes com as três salas que advém do cenário A e a requalificação das Naus que continua com as necessidades de reparação profundas, a requalificação e reorganização da escola secundária Gil Eanes e a manutenção corrente dos estabelecimentos de ensino. Com esta intervenção conseguir-se-ia dar uma melhor resposta ao nível da Rede Pública continuando na educação pré-escolar a ter que utilizar sempre a rede privada e a rede solidária que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Fl. 27v.

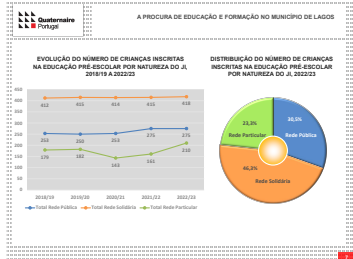
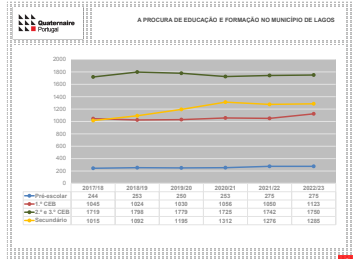
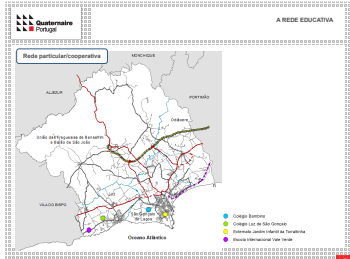
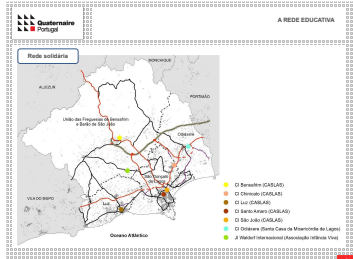
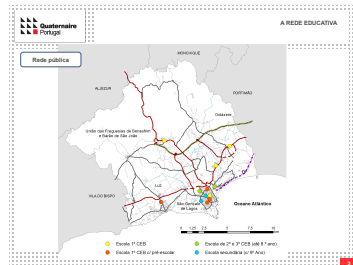
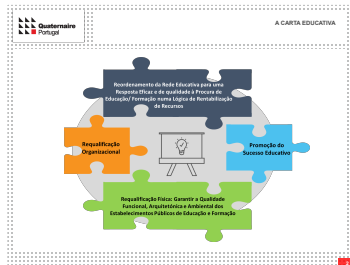
estariam mais habilitadas a responder às necessidades demográficas. Neste cenário, destacam-se as seguintes vantagens: fica-se com três escolas com o segundo e terceiro ciclos e que teria turmas desde o jardim de infância até ao nono ano, permitindo uma maior facilidade na transição entre ciclos; um aumento do número de salas nos três ciclos. A grande desvantagem deste cenário seria o dinheiro e este cenário teria o aumento dos custos inerentes à construção de um edifício novo, com a aquisição de terrenos, o apetrechamento, com os encargos com a manutenção e gestão do parque escolar, com os recursos humanos e a ausência de financiamento para a construção de novas escolas. Referiu ainda que, por imposição da DGESTE, o Município tinha que dizer o cenário que iria implementar sendo a melhor forma de implementar a fonte de financiamento existente para fazer a intervenção na escola das naus tendo que optar pelo cenário A.-----

-----A Sra. Filipa Barreira (Quarternaire) referiu que as linhas orientadoras da Carta Educativa fazem parte dos eixos dois e três do guião de cartas educativas de 2.^a Geração sendo necessário apresentar medidas e que, as que são apresentadas, são apenas alguns exemplos das que já são tomadas pelos Municípios e às quais devem ser apresentadas outras, conforme as necessidades. Nesta carta educativa definiram-se quatro objetivos estratégicos sendo eles, a promoção de valorização dos espaços e dos recursos educativos do território em que se tem medidas como a promoção do crescimento da Rede Pública, com o crescimento do número de salas para equilibrar a oferta da Rede Pública, privada e solidária; garantir que todos os estabelecimentos estão apetrechados com todos os meios para a garantia da qualidade de ensino; a promoção da utilização das novas tecnologias; o desenvolvimento de programas de atividades extra curriculares descentralizados no Concelho; promoção das ementas escolares saudáveis. No segundo objetivo que diz respeito à promoção do sucesso educativo e o reforço das condições promotoras da equidade e inclusão das quais se destacam as seguintes medidas: promoção do insucesso escolar no que diz respeito à implementação de sistemas de alerta; a promoção e a complementaridade e articulação em políticas de intervenções sociais e as políticas e intervenções educativas; a promoção de iniciativas formais e não formais; o reforço da promoção casa e escola e a promoção das competências parentais; o reforço das competências e da motivação do pessoal docente e não docente. Outro objetivo prende-se com a contribuição para o aumento das condições de empregabilidade dos jovens e adultos para a aprendizagem ao longo da vida, com medidas como: a diversificação da oferta formativa em áreas relevantes para a dinamização económica do Concelho; ações de procura desenvolvidas através do desenvolvimento e da promoção escolar e profissional, a promoção e o reforço da comunicação entre o mundo do trabalho e o da educação; o aumento dos níveis de escolarização e qualificação da população adulta. Por fim, o último objetivo, contribuição para o reforço do território e da cidadania ativa em que se destaca: a valorização e o reforço da oferta cultural do Concelho, em especial do reforço da entidade cultural de Lagos; a contribuição para o desenvolvimento das competências transversais das crianças e jovens do Município, nomeadamente, no âmbito da cidadania ativa e do pensamento crítico e criativo, do espírito empreendedor através do desenvolvimento de projetos que



envolvam várias entidades do Concelho.-----Estas intervenções tiveram a apresentação dos seguintes diapositivos:

Carta Educativa 2.ª geração do Município de Lagos
Assembleia Municipal
20 de Novembro de 2024



DIAGNÓSTICO DA REDE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE LAGOS

S - STRENGTHS (Pontos fortes)

- Rede sólida alargada do pré-escolar que tem complementariedade com o rede pública permitindo aumentar a taxa de escolarização do concelho.
- Existência de uma rede de escolas privadas que, em termos de oferta de ampliação/qualificação levanta a cabo para responder.
- Utilização dos estabelecimentos do 1.º CEB suspensos para outras atividades a favor da comunidade.
- Oferta educativa diversificada.
- Uso do Espaço de Apoio das 2.ª e 3.ª unidades de referência da Câmara de Apoio à Aprendizagem na criação das aprendizagens essenciais complementares da escola.
- Resposta de proximidade e de colaboração entre município e escolas.
- Educação gratuita para todos os alunos e diversidade no ensino básico, que em 2022/23 foi o primeiro ano de rede regular, ES assegurada por uma entidade de serviço de educação.
- Implementação de um plano estratégico de ensino do 1.º CEB nos setores do concelho, o que tem tido um aumento significativo face ao ano passado na rede regular.

W - WEAKNESSES (Pontos fracos)

- Alguma limitação na possibilidade de ampliação de alguns estabelecimentos, designadamente no setor do 1.º CEB.
- Mais ênfase de conservação de ES das Nave e ES Gil Eanes e diversificação da oferta de oferta de oferta de oferta.
- Taxa de saturação a despesa de ensino aumentado em 2022/23 em relação ao ano de referência para o regime de ensino regular.
- Falta de intervenção de estabelecimento do 2.º e 3.º CEB de ensino básico ensino complementar.
- Falta de acompanhamento na avaliação planeamento e participativa na vida escolar.

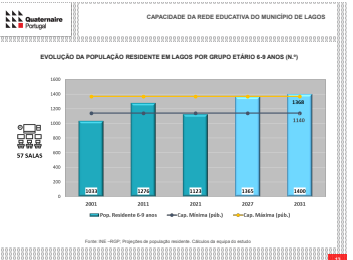
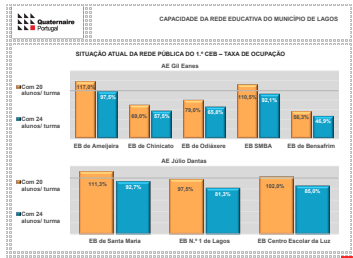
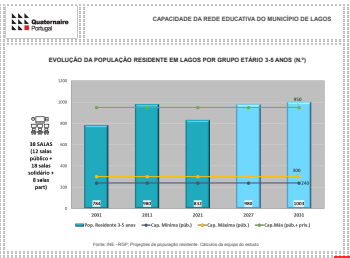
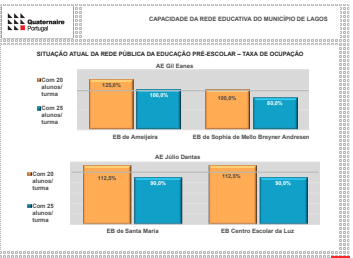
DIAGNÓSTICO DA REDE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE LAGOS

O - OPPORTUNITIES (Oportunidades)

- Existência e diversidade do património natural, cultural e histórico do município.
- Crescimento populacional positivo, entre 2011 e 2021, e consequente da criação de novas unidades de oferta educativa.
- Integração na Associação Intersectorial das Cidades Educativas.
- Tendência para o aumento da procura do ensino básico e secundário, relacionado com a existência de oferta educativa complementar em oferta educativa complementar.
- Legislação relativa à organização de sistema educativo não em alteração iminente.

T - THREATS (Ameaças)

- Incerteza quanto a eventuais fontes de financiamento para a oferta, identificação e implementação de soluções alternativas.
- Alteração da procura decorrente das dinâmicas demográficas.
- Alteração da procura decorrente das dinâmicas demográficas.

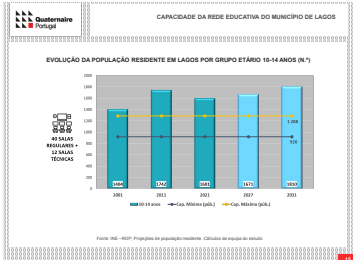


CAPACIDADE DA REDE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE LAGOS

SITUAÇÃO ATUAL DA REDE PÚBLICA DO 2.º e 3.º CEB – CAPACIDADE E TAXA DE OCUPAÇÃO

Estabelecimento	Capacidade atual (n.º salas)	Capacidade atual (n.º alunos)	Ocupação atual (%)	Taxa de ocupação (n.º alunos registados / n.º salas regulares)	Observações			
ES das Naves (725)	22	440	616	510	32	108,2%	15 salas regulares e 3 salas específicas	
ES Tecnopolo (730)	24	483	672	727	36	151,2%	18,2%	21 salas regulares e 6 salas específicas
TOTAL 2.º e 3.º CEB	46	923	1288	1337	68	146,2%	140,3%	
ES das Naves (725)	20	400	640	610	32	101,7%	72,2%	27 salas regulares e 10 salas específicas
ES Tecnopolo (730)	24	483	672	727	36	151,2%	128,2%	21 salas regulares e 6 salas específicas
TOTAL 2.º e 3.º CEB	44	883	1312	1337	68	152,9%	100,4%	

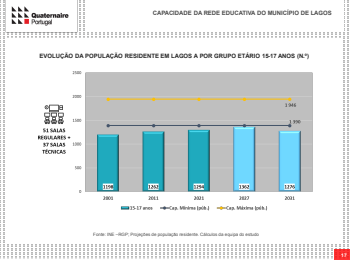
Capacidade calculada com base no número de salas regulares (1 turma) + salas específicas (0,5 turma)



CAPACIDADE DA REDE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE LAGOS

SITUAÇÃO ATUAL DA REDE PÚBLICA DO ENSINO SECUNDÁRIO – CAPACIDADE E TAXA DE OCUPAÇÃO

Estabelecimento	Capacidade atual (n.º salas)	Capacidade atual (n.º alunos)	Ocupação atual (%)	Taxa de ocupação (n.º alunos registados / n.º salas regulares)	Observações			
ES Gil Eanes (730)	22	440	616	554	27	125,9%	108,2%	15 salas regulares e 14 salas específicas
ES João Dantas (730)	47	940	1330	1444	67	150,4%	108,2%	36 salas regulares e 14 salas específicas
TOTAL Secundário	69	1380	1946	1608	94	152,2%	108,2%	



PROPOSTA DE INTERVENÇÕES NA REDE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE LAGOS

REQUALIFICAÇÃO / RECONSTRUÇÃO

- Ampliação da ES Sophia de Melo Bryner Andressen (mais 2 salas de 1.º e 2.º CEB)
- Ampliação da ES das Naves (mais 12 salas de aula)
- Ampliação da ES Tecnopolo (mais 12 salas de aula)
- Requalificação da ES Gil Eanes – reorganização da estrutura, aumento do aforo e outros problemas estruturais, reorganização e adequação dos espaços e outras melhorias complementares.
- Mantimento corrente das escolas existentes eletronicamente e parqu岸 complementares.



Fl. 28v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

PROPOSTA DE INTERVENÇÕES NA REDE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE LAGOS

Capacidade de rede pública, subdividida e particionada por ano de escolaridade*

Escolaridade	1.º CEB	2.º e 3.º CEB	Ensino secundário	Total
Salas	14	32	91	137
Alunos	350 x 1.000	640 x 400	1.200 x 1.500	1.400 x 2.200
Alunos	350	640	1.200	2.190

Reservadas: 3 a 5 anos (800), 6 a 9 anos (1.360), 10 a 14 anos (1.611), 15 a 17 anos (1.362)

PROPOSTA DE INTERVENÇÕES NA REDE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE LAGOS

Capacidade de rede pública, subdividida e particionada por ano de escolaridade*

Escolaridade	1.º CEB	2.º e 3.º CEB	Ensino secundário	Total
Salas	10	42	63	115
Alunos	320 x 400	640 x 400	1.200 x 1.500	1.400 x 2.200
Alunos	320	640	1.200	2.160

Reservadas: 3 a 5 anos (800), 6 a 9 anos (1.360), 10 a 14 anos (1.611), 15 a 17 anos (1.362)

MEASAS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO

PRINCIPAIS LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA E ÁREAS DE INTERVENÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA EDUCATIVA MUNICIPAL.

- Promover a valorização dos espaços e das estruturas existentes do território.**
 - Promover o aproveitamento da rede pública de pré-escolar com o alargamento do horário de funcionamento.
 - Garantir que todos os estabelecimentos sejam aproveitados com todos os meios que permitem que funcionem para o desenvolvimento de um ensino de qualidade.
 - Utilizar os espaços existentes de forma inovadora e adaptada às necessidades da comunidade e do espaço urbano da freguesia.
 - Garantir a manutenção adequada dos estabelecimentos de ensino, promovendo a conservação e o reparo necessários à sustentabilidade.
 - Promover programas de melhoria estrutural dos estabelecimentos de ensino, com o intuito de assegurar a qualidade da educação e a sustentabilidade dos mesmos através de intervenções físicas.
 - Promover a qualidade das instalações escolares e equipar os mesmos com materiais adequados.
- Promover o sucesso educativo e a melhoria das condições promovidas na comunidade e na freguesia.**
 - Promover e implementar ações preventivas através da criação de programas de educação de não escolarizados.
 - Promover a comunicação e a divulgação entre pais e professores.
 - Promover atividades educativas informais e não formais que contribuam para o desenvolvimento da rede de ensino.
 - Promover a seleção das escolas e promover a competitividade parental.
 - Promover a competitividade e a sustentabilidade dos estabelecimentos de ensino.

PROPOSTA DE INTERVENÇÕES NA REDE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE LAGOS

Vantagens

- Aumento de 20 salas de aula com capacidade máxima para 20 alunos em sala de aula total de 20 x 20 = 400 alunos.
- Aumento de 3 salas na ES Gil Eanes como forma de apoiar o estabelecimento.
- Melhoria das condições de funcionamento e de conforto dos estabelecimentos.
- Eventual acesso a financiamento externo no que respeita à construção de 20 salas de aula em condições técnicas previstas para a implementação no âmbito da transição de competências para a educação.
- Eventual oportunidade de financiamento para aquisição de salas de aula existentes em outros estabelecimentos de ensino da rede pública.
- Construção de novas salas de aula em áreas de maior procura.
- Resposta às necessidades de espaço para aquisição e manutenção de materiais curriculares essenciais ao plano educativo.
- Construção de espaço exterior e de qualidade de vida.
- Aumento de capacidade da rede pública, permitindo o alargamento do horário e a implementação de programas de apoio a alunos em risco de exclusão educativa.
- Como não abrangida pelo plano de investimento de equipamento para novos conteúdos.

Desvantagens/Ameaças

- Construção de espaços fechados em áreas de elevada procura por parte da rede pública face à projeção de população residente entre os 3 e os 6 anos de idade para 2025.
- Aumento percentual de custos com materiais humanos.
- Risco de procura insustentável de sala por escolas públicas.
- Custo elevado para correção das situações de saturação e manutenção de materiais de qualidade dos estabelecimentos e de conforto ambiental da ES das Neves e da ES Gil Eanes.
- Ameaça de pressão decorrente das dificuldades decorrentes da implementação de novas salas de aula.
- Eventual impacto decorrente do aumento de alunos.
- Resposta a um cenário construtor de construção de novos estabelecimentos de ensino em áreas de maior procura, com o aumento do custo de construção e manutenção de materiais curriculares essenciais ao plano educativo.
- Construção de novas salas de aula em áreas de maior procura, com o aumento do custo de construção e manutenção de materiais curriculares essenciais ao plano educativo.
- Construção de novos estabelecimentos de ensino em áreas de maior procura, com o aumento do custo de construção e manutenção de materiais curriculares essenciais ao plano educativo.
- Construção de novos estabelecimentos de ensino em áreas de maior procura, com o aumento do custo de construção e manutenção de materiais curriculares essenciais ao plano educativo.

PROPOSTA DE INTERVENÇÕES NA REDE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE LAGOS

Vantagens

- Aumento da capacidade da rede pública de 7 a 3.º CEB com mais 20 salas regulares e 2 salas flexíveis de 1.º CEB com mais 2 salas e 3 salas irregulares.
- Melhoria das condições de funcionamento e de conforto dos estabelecimentos.
- Eventual acesso a financiamento externo no que respeita à implementação de novas salas de aula em condições técnicas previstas para a implementação no âmbito da transição de competências para a educação.
- Eventual oportunidade de financiamento para aquisição de salas de aula existentes em outros estabelecimentos de ensino da rede pública.
- Construção de novas salas de aula em áreas de maior procura.
- Resposta às necessidades de espaço para aquisição e manutenção de materiais curriculares essenciais ao plano educativo.
- Construção de espaço exterior e de qualidade de vida.
- Aumento de capacidade da rede pública, permitindo o alargamento do horário e a implementação de programas de apoio a alunos em risco de exclusão educativa.
- Como não abrangida pelo plano de investimento de equipamento para novos conteúdos.

Desvantagens/Ameaças

- Aumento de custos materiais em construção de um novo equipamento educativo (bancos, projetos e etc.).
- Risco de procura insustentável de sala por escolas públicas.
- Custo elevado para correção das situações de saturação e manutenção de materiais de qualidade dos estabelecimentos e de conforto ambiental da ES das Neves e da ES Gil Eanes e da ES Gil Eanes.
- Construção de novos estabelecimentos de ensino em áreas de maior procura, com o aumento do custo de construção e manutenção de materiais curriculares essenciais ao plano educativo.
- Construção de novos estabelecimentos de ensino em áreas de maior procura, com o aumento do custo de construção e manutenção de materiais curriculares essenciais ao plano educativo.
- Construção de novos estabelecimentos de ensino em áreas de maior procura, com o aumento do custo de construção e manutenção de materiais curriculares essenciais ao plano educativo.
- Construção de novos estabelecimentos de ensino em áreas de maior procura, com o aumento do custo de construção e manutenção de materiais curriculares essenciais ao plano educativo.

MEASAS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO

PRINCIPAIS LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA E ÁREAS DE INTERVENÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA EDUCATIVA MUNICIPAL.

- Identificar pontos de melhoria das estruturas existentes do território.**
 - Identificação de oferta formativa em áreas relevantes para a orientação educativa.
 - As ações de promoção de procura, desenvolvidas através da orientação educativa e da promoção, deverão centrar-se na promoção de atividades educativas e formativas em áreas de maior procura.
 - Realizar a comunicação entre o mundo da educação e do trabalho.
 - Realizar, bem como o reforço das oportunidades de acesso à educação no tempo de vida através da ocupação das férias, atividades e formação.
- Estimular e catalisar o aproveitamento do território.**
 - Realizar visitas e identificar a oferta cultural do território, em especial no que respeita à oferta de espaços de lazer, locais de recreação e de apoio à comunicação e à utilização de espaços não afetados da oferta educativa.
 - Contribuir para o desenvolvimento de competências transversais das crianças e jovens do território, promovendo a cidadania ativa.
 - Contribuir para o desenvolvimento de competências transversais das crianças e jovens do território, promovendo a cidadania ativa.
 - Contribuir para o desenvolvimento de competências transversais das crianças e jovens do território, promovendo a cidadania ativa.

PROPOSTA DE INTERVENÇÕES NA REDE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE LAGOS

CENÁRIO B

Construção de uma Escola Básica Integrada com pré-escolar e ampliação da ES Gil Eanes

Capacidade total da rede pública: 16 salas 2.º CEB a 3.º CEB, 63 salas 1.º CEB (1.200 a 1.512 alunos), 75.8 salas 2.º CEB (1.400 a 2.200 alunos), 75.8 salas 3.º CEB (1.400 a 2.200 alunos)

Condição	Requisição	Financiamento
Novas ES das Neves (4 salas 2.º e 3.º CEB + 25 salas regulares e 5 irregulares de 2.º e 3.º CEB)	Requisição de 20 salas novas - resolução de licitação e outros procedimentos administrativos, contratação e execução dos trabalhos de construção civil e outros trabalhos complementares.	Requisição de 20 milhões de euros - resolução de licitação e outros procedimentos administrativos, contratação e execução dos trabalhos de construção civil e outros trabalhos complementares.
Ampliação da ES Gil Eanes (mais 3 salas de aula)	Requisição de 3 salas novas - resolução de licitação e outros procedimentos administrativos, contratação e execução dos trabalhos de construção civil e outros trabalhos complementares.	Requisição de 3 milhões de euros - resolução de licitação e outros procedimentos administrativos, contratação e execução dos trabalhos de construção civil e outros trabalhos complementares.

PROPOSTAS RECORRENTE - CENÁRIO A

Tip	Intervenção proposta - CENÁRIO A	Custo estimado (€)
Requisição e ampliação da ES das Neves	Requisição e ampliação da ES das Neves	14.000.000,00
Requisição e ampliação da ES das Neves	Requisição e ampliação da ES das Neves	6.700.000,00
Requisição e ampliação da ES das Neves	Requisição e ampliação da ES das Neves	2.000.000,00
Requisição e ampliação da ES Gil Eanes	Requisição e ampliação da ES Gil Eanes	4.000.000,00
TOTAL	TOTAL	26.700.000,00

PROPOSTAS RECORRENTE - CENÁRIO B

Tip	Intervenção proposta - CENÁRIO B	Custo estimado (€)
Construção de ES das Neves	Construção de ES das Neves	12.700.000,00
Requisição e ampliação da ES das Neves	Requisição e ampliação da ES das Neves	1.400.000,00
Requisição e ampliação da ES Gil Eanes	Requisição e ampliação da ES Gil Eanes	4.000.000,00
TOTAL	TOTAL	18.500.000,00

Obrigada!

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que esta apresentação é importante e que é necessário ressaltar a falta de capacidade da rede escolar e a necessidade de a reforçar. O primeiro objetivo da Carta Educativa é mesmo assegurar a adequação da Rede relacionada com a educação, ou seja, no programa de execução, sobre a nova escola, não foi feito um único estudo e, em certa medida, esta carta apresenta-se como paradoxal provando que as opções políticas são erradas por apostar na ampliação em vez da criação de uma escola nova, aposta no esgotamento dos espaços exteriores das escolas não fazendo sentido apresentar-se duas soluções quando uma delas já está em vigor. Referiu ainda que se tem dados sobre a taxa de ocupação dizendo que já há mais alunos do que as escolas suportam, além desta superlotação das escolas esta carta continua a indicar uma previsão neutral de mais de setenta crianças em idade de se frequentar o segundo e terceiro ciclos esperada. Esta proposta não visa os alunos que estão em idade escolar que não estão no terceiro ciclo, mas sim, nos alunos que estão no nono ano nas escolas secundárias causando umas situações de lotação e até problemas de acesso a certos cursos profissionais. Disse ainda que a saturação das redes de ensino está mesmo evidente e que para o executivo a solução parece ser os contentores e com ampliações das escolas com vista da substituição dos contentores e que se já tivesse sido projetada uma nova escola EB 2,3 provavelmente já se teria conseguido obter financiamento e talvez parte dos 46.000.000,00 € (quarenta e seis milhões de euros) de excedente orçamental poderiam contribuir também não sendo necessária a utilização do dinheiro dos contribuintes para comprar ou alugar contentores para as crianças terem aulas. Outro ponto importante é a imigração e falando-se em dinâmicas populacionais e as sondagens apontam para o fluxo migratório e que no ano letivo de 2017/2018 tínhamos 461 alunos estrangeiros nos



dois agrupamentos e se verificarmos no ano letivo 2022/2023 são já 852, ou seja, duplicou em quatro anos prevendo-se que continue a aumentar. Por fim, as opções políticas de não precaver uma nova escola tem as suas consequências que irão custar dinheiro e dificultam a gestão e prejudicarão a qualidade de ensino e lembrou a experiência do Centro Educativo da Luz que levou dez anos a ser construído mostrando-se insuficiente para suprir as necessidades, mesmo assim continua-se a insistir no erro e há um ano foi aprovada uma moção visando iniciar-se as diligências para se iniciar a construção de uma nova escola EB 2,3 conforme prevista na Carta Educativa em vigor e que teimosamente ignorou essa proposta apresentando esta revisão da Carta Educativa em que faz desaparecer a viabilidade dessa nova escola estando agora a prova de que para além das outras carências a educação deveria ter uma aposta numa nova escola em vez de estar com remendos adiando-se a resolução do problema.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que esta apresentação reforça a tese de necessidade da construção de uma nova escola e, perante este cenário, na opção A, verifica-se uma diminuição do espaço exterior com carácter lúdico e social, sendo o recreio um espaço fundamental para que as crianças possam desenvolver a sua personalidade, com recurso ao jogo e à brincadeira devendo-se ter em conta que a escola, hoje em dia, não se restringe ao espaço formal da sala de aula. Referiu ainda que outro dos riscos da opção A é corresponder a um cenário conservador tendo apenas em conta as necessidades do presente. Ora, a evolução demográfica do número de alunos poderá vir a condicionar o aumento do número de alunos nestas faixas etárias e que se está a gastar cerca de 16.000.000,00 € (dezasseis milhões de euros) com a ampliação das escolas para mais tarde ter que se construir, na mesma, uma escola nova devido à previsibilidade do aumento populacional com o desenvolvimento sócio-económico e turístico da região e do município. Acerca da concentração do horário das atividades letivas no período da manhã, seria uma vantagem, mas há o risco de oferta insuficiente da rede escolar pública. Ou seja, apesar do investimento, corre-se o risco de não satisfazer as necessidades públicas de pré-escolar. Continuando a dar exemplos do que poderia correr mal no caso de escolha da opção A, mencionou que os únicos constrangimentos que se verificam durante a construção de uma nova escola são financeiros, sendo que este financiamento é incerto, apesar das inúmeras vantagens. Salientou ainda que traz maior facilidade, e que a diferença entre a opção A e a opção B é de pouco mais de cinco milhões de euros. Não entende a opção que leva à perda de qualidade do ensino e de espaço público escolar. Além disso, irão ocorrer constrangimentos durante a ampliação devido à necessidade de mobilização de meios humanos e logísticos para compensar e continuar com as atividades letivas. Tudo isso deve ser equacionado, e não se deve tomar uma decisão apressada. Esta questão deveria ter sido trabalhada há bastante tempo, uma vez que não se verificou a ponderação necessária para este tema.-

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que no documento apresentado se constata que a população cresceu entre 2015 e 2021 cerca de 7,9% e que os alunos matriculados diminuíram 8%, muitos de outros Concelhos. O documento refere que se prevê o crescimento de novos alunos prevendo-se que este aumento de população tenha



Fl. 29v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

repercussões noutros setores da sociedade e, que para além das escolas, falte habitação e muito mais para que a população possa crescer. O balanço da Carta Educativa de 2010 a 2018 em relação às intervenções não realizadas refere que, nas Naus, continua a chover dentro do pavilhão. A nova escola EB 2,3 estava prevista, mas não foi executada. Na Escola Gil Eanes, temos a noção de como estão as fissuras e os abatimentos, e foi dito que o concurso ficou deserto porque ninguém vai realizar uma obra sem o conhecimento do estudo ecológico da mesma, bem como a verificação das especialidades, passagens e cobertura entre edifícios, que também foram deixadas para trás. Atualmente, temos equipamentos que poderiam ter sido requalificados e não o foram. Em relação às AEC's, continuam a perguntar pela pedagogia e pela formação dos formadores. Acerca da informação, perguntam sobre os equipamentos técnicos e especializados. Relativamente às taxas de ocupação, refere que são inaceitáveis e que não há solução à vista. Em relação à educação inclusiva, observa-se que, até 2018, as necessidades dos espaços físicos não foram preenchidas, e continua-se sem previsão de prazos para a sua execução. Sobre as necessidades educativas, referiu que, conhecendo os pontos fortes e fracos, o diagnóstico e as respetivas soluções não são as necessárias para os jovens lacobrigenses.-----

-----O Sr. David Roque (BE) refere que o trabalho apresentado tem um resultado realista e aprofundado da situação educativa do Concelho e que se conduzir os dois cenários. O cenário B seria o cenário preferível, conforme já debatido noutras sessões da Assembleia Municipal, sobretudo verificando-se que os custos das duas opções não são assim tão divergentes. Nesse sentido a questão negativa do cenário B é a mesma questão das turmas sendo que uma turma de vinte alunos funciona melhor do que uma turma de vinte e oito alunos frisando que uma escola torna-se melhor com a redução do número de alunos por ser uma escola menos sobrecarregada. Referiu que por se ampliar uma escola irá sobrecarregar-se ainda mais uma escola que por si só, já se encontra sobrecarregada e que uma escola pequena tem um rácio económico menor. Disse que, para o Bloco de Esquerda, teria sido a construção de uma nova escola e que, caso se tivesse agido atempadamente, teria sido possível criar-se uma nova escola em vez de se criar uma Carta Educativa com duas soluções onde a decisão já está tomada, decisão essa, que no seu ponto de vista, não é a mais correta, sendo que o cenário que trará maior qualidade ao ensino seja o cenário B.-----

-----A Sra. Maria João Baptista (PS) refere que os programas do Município, para melhorar a cooperação entre as escolas é muito positivo, dando exemplos. Referiu ainda que, relativamente aos dados de insucesso e desistência está acima dos dados da região e daquilo que é a média nacional, estando a aumentar relativamente ao ano letivo anterior. Por sua vez, no plano de desenvolvimento social, a taxa ainda é maior no que diz respeito aos dados apresentados apesar de se verificar que está a aumentar, não só no estudo científico-humanístico como no ensino profissional. Disse ainda que foi detetado no eixo dois da Carta Educativa que é necessário fazer este estudo precocemente, verificando-se esta intenção durante o trabalho apresentado. Na informação do presidente, vem espelhado que, em novembro/dezembro, no âmbito do plano de intervenção intermunicipal do sucesso escolar, foi elaborado um questionário aos vários agrupamentos das Terras do Infante, visando identificar os



problemas que estão na origem do insucesso escolar. Já se está a trabalhar na solução, questionando-se se será possível chegar à resposta, se o tipo de cursos ou de propostas são suficientes ou se haverá necessidade de uma outra alternativa ou questão profissional. Lembrou que o número de jovens no Concelho, entre os 15 e os 17 anos, tem vindo a aumentar e questionou quais as problemáticas identificadas na resposta a este inquérito e qual o caminho que se está a seguir.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) refere duas das preocupações em relação à posição que a Câmara tomou. Ele destacou que, embora seja importante trabalhar há muito tempo, não se teve em conta a previsão do futuro. Os números apresentados são caros, mas futuramente será muito mais caro, tendo a agravante da falta de terrenos em condições de receber edifícios escolares. Lembrou o investimento de mais de cinco milhões de euros apenas pelo terreno, sendo uma obra subsidiada em quatro milhões de euros, e frisou que, nos instrumentos de planeamento, fossem calculados e acautelados os custos da construção de um novo edifício. Outra preocupação prende-se com a oferta de pré-escolar pública, observando que a tendência é deixar as coisas como estão, mas que é necessário um investimento na educação pré-escolar.-----

-----A Sra. Susana Magalhães (Quarternaire) respondeu sobre a ausência de financiamento. Na altura, foram feitas as candidaturas para o programa Portugal 2030 e, em termos de financiamento comunitário, quando se referem à ausência de financiamento, referem-se ao PRR ou a quaisquer outros fundos. Não há previsão de financiamento para a criação de novas infraestruturas, existindo apenas a adjudicação para a requalificação da Escola das Naus, por estar identificada como escola prioritária de intervenção. Quanto às restantes intervenções, não se sabe se irá existir financiamento. Referiu ainda a necessidade de reforçar as escolas e que existe uma sobrelotação há muito tempo identificada. No entanto, no que refere ao impacto da imigração, diz serem cíclicos que o Algarve vê aparecer e desaparecer com alguma regularidade. O objetivo é minimizar os problemas mais imediatos, existindo um financiamento que poderá aparecer, e há outros problemas que o Município tem de resolver. Relativamente ao ensino pré-escolar, mencionou que nem todas as crianças, entre os três e os cinco anos, frequentam o pré-escolar. No último inquérito realizado, a Rede Solidária não apresentou listas de espera. Assim sendo, Lagos sempre contou com a Rede Privada e a Rede Solidária como rede complementar. O esperado é atingir os 50-50, tentando incluir o aumento de resposta gradual. Informou que, mesmo com uma nova escola, a Rede pública não responde a 50% dos alunos na idade pré-escolar. A Sra. Filipa Barreira (Quarternaire) referiu-se ao insucesso escolar e ao diagnóstico realizado no âmbito de uma eventual candidatura ao Portugal 2030, mediante a candidatura ao Portugal 2020. Na Carta Educativa, são apontadas linhas que promovem o sucesso educativo e previnem o insucesso. Outros estudos apontam que o ensino profissional e o ensino artístico especializado deram um forte contributo para um abrandamento do insucesso escolar, criando alternativas no ensino secundário ao ensino científico-humanístico. Não se conhece o diagnóstico no âmbito das Terras do Infante para medidas no âmbito do PIP, para o qual já foi aberto o aviso. As três prioridades não são conhecidas neste momento. Na Carta, apenas se



Fl. 30v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

abordam os caminhos importantes, como a deteção precoce, que se trabalha em conjunto com as entidades intermunicipais, e a discussão social e educativa. Muitas vezes, na base do insucesso escolar, também estão as condições socioeconómicas desfavoráveis. No entanto, sobre se o ensino profissional é suficiente, daria origem a outro estudo. A Sra. Barreira mencionou também que no ensino profissional existem regras e que as áreas do digital, das energias renováveis e da indústria estão abertas porque são áreas prioritárias de emprego.-----

-----A Sra. Susana Magalhães (Quarternaire) acrescentou que nos custos estimados para a construção da nova escola não foi incluída a questão da aquisição do terreno.- A Sra. Vereadora Sara Coelho referiu que estas preocupações são partilhadas por todos e que os quadros técnicos da Câmara Municipal analisam os custos e o que será necessário fazer, levando o Município a optar por um cenário ou por outro, sem se basear em opiniões, mas sim em dados concretos. Um desses dados é o financiamento, e se o valor for somado ao total, a diferença será muito maior. Com o financiamento, as contas serão feitas de outra forma. Além dos vinte e um milhões, ter-se-ia que somar o valor do terreno e, mais tarde, o custo da manutenção dos equipamentos, bem como dos recursos humanos de suporte a essa nova escola. Assim sendo, existem duas opções que parecem adequadas às necessidades da população, que foram estudadas em termos estatísticos. Apareceu a oportunidade de requalificar um conjunto de outras escolas, e se tivesse sido necessário construir uma nova escola, as obras de requalificação nessas escolas teriam que acontecer da mesma forma. Tudo isso levou à conclusão de que a despesa não teria qualquer tipo de financiamento. Por esse motivo, optou-se pela opção A, e se não se tivesse feito isso, ter-se-ia perdido o financiamento que estaria em cima da mesa, tornando a opção A mais adequada. Sobre a questão da diminuição do espaço da escola, mencionou que quaisquer projetos não preveem a diminuição/asfixiamento do espaço exterior da escola, prevendo sim ampliar o local da escola, ampliando o recinto, para que os alunos tenham mais espaço disponível. Da mesma forma, a construção de uma nova escola teria previsto o aumento das áreas das casas de banho e dos refeitórios, bem como todas as componentes de apoio da escola teriam que ser repensadas no sentido do redimensionamento da estrutura. A opção escolhida foi bastante ponderada, remetendo ao Estado a comparticipação deste financiamento das estruturas educativas. Ressaltou que as intervenções nestes edifícios não devem ser financiadas apenas com o dinheiro dos Municípios, sob pena da diversidade de Municípios existentes vir a ter um conjunto de situações onde para uns teriam umas condições vantajosas e noutros condições desfavoráveis da sua saúde financeira. Este documento demonstra como a cidade tem sido gerida nos últimos anos. Esclareceu ainda que os modelos de turma estão definidos pelos rácios estabelecidos pelo Ministério da Educação e, portanto, não é porque se tenha mais salas que se irá diminuir o número de alunos por turma. Os modelos aqui apresentados estão baseados nos modelos europeus, cujas soluções foram adotadas, nomeadamente nos programas oferecidos aos dois agrupamentos. Relativamente à taxa de retenção do ensino secundário, é mais elevada do que no resto do país, e acredita que isso é causado por uma grande população estrangeira e que também poderá estar



relacionada com a região ser tida como uma grande região turística, em que os jovens facilmente conseguem um trabalho de verão e depois mantêm o trabalho, já não voltando à escola. De alguma forma, isso pode ter relação com o insucesso escolar. Também há evidência de que se necessita ter duas modalidades de ensino secundário, o ensino regular e o ensino profissional. Essas modalidades já existem, e deve-se dignificar o ensino profissional, tornando-o tão válido como a outra modalidade de ensino. Uma vez que o diagnóstico aponta para a ampliação do agrupamento de escolas Gil Eanes, poderá ponderar-se espaços para a modalidade de ensino profissional, embora os projetos tecnológicos já tenham sido aprovados.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, referiu que dentro dos dois cenários, concordam com eles, mas tendo em conta toda a envolvência de cada um deles, teve-se de tomar uma opção para escolher e fazer. Tendo isso em conta, optou-se pelo cenário A. Se temos uma obra que é possível executar com o financiamento e com os recursos disponíveis, e visto estarmos num tempo curto em que é necessário acelerar, comparativamente com o outro cenário que terá um custo muito mais elevado, sem saber se há financiamento e com o início de uma discussão de um terreno onde ele não existe, não retirando a hipótese, caso este plano se mostre insuficiente, de se construir uma escola nova. As ampliações serão para fora da rede da escola, nos terrenos do Município. Relativamente às taxas de ocupação, referiu que há uma percentagem dos números que é a comunidade estrangeira e que, perante uma crise, poderá haver um êxodo desses alunos, baixando essas percentagens rapidamente. Verifica-se um decréscimo na natalidade de cidadãos estrangeiros. Todo este projeto foi possível após análise e ao acautelar todas as situações de forma a poder concretizar a obra num curto espaço de tempo, o que com o cenário B não seria possível efetuar.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que o que o Grupo Municipal põe em causa é o diagnóstico efetuado ao ensino no Concelho, mas após ouvir a Câmara a dizer que o problema foi o terreno e sabendo que onde foi construída uma escola num local que não estava abrangido pelo PDM. Referiu ainda que houve uma escola onde o terreno foi adquirido por cinco milhões e seiscentos mil euros e, na altura da sua construção, não houve problemas com o financiamento.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) citou o documento onde se lê que se iria diminuir o espaço exterior e referiu que se o projeto inclui mais do que explicita o documento deveria ser prestada mais informação e, mediante essa informação, formar-se a opinião sobre o assunto, por outro lado, vemos que até 2030 teremos de pensar numa escola nova, deste modo, é necessário ir-se à procura de um terreno onde a mesma possa ser construída por causa da especulação imobiliária.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que que a Assembleia Municipal está aqui para aprovar a Carta Educativa e questionou se a Mesa da Assembleia Municipal analisou a situação de um documento que não foi aprovado pela Câmara Municipal, mas sim apreciado o envio para a Assembleia Municipal questionando se o documento foi aprovado pela Câmara Municipal ou se foi aprovado enviar só por este Órgão.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, referiu que foi aprovado o



Fl. 31v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

envio, pela Câmara Municipal, da Carta Educativa, de acordo com a Lei 21/2019, para a Assembleia Municipal para aprovação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) refere que esta discussão advém da documentação que foi disponibilizada em que se tem a informação de que o documento foi enviado para parecer.-----

-----O Sr. Primeiro secretário da Mesa da Assembleia Municipal, José Jácome (PS) leu a lei em questão.-----

-----O Sr. David Roque (BE) referiu que o exemplo dado é de um dos piores exemplos da OCDE e que nos Estados Unidos existem vários sistemas de ensino sendo muito complexo e que há muitos anos que o modelo nórdico é estudado mas não é aplicado em Portugal e que, o que disse sobre as turmas, era um mero exemplo mas que, segundo as palavras da Sra. Vereadora e do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o cenário B é o cenário preferível mas tomaram esta opção em função das necessidades.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que no problema da habitação também já se tinham deparado com a problemática do terreno para que se pudesse construir habitação e expropriou-se um terreno da massa insolvente que daria para construir duas escolas, e disse que se cumprisse a lei 75/2013 fazendo o inventário de tudo o que a Câmara Municipal tem saberia se tinha, ou não, terreno para construir uma nova escola.-----

-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, Maria Paula Couto (PS) informou que a Sra. Segunda Secretária da Mesa Assembleia Municipal, em exercício, Maria Manuela Rodrigues (PS), solicitou um pedido de escusa na votação deste documento por ter participado em todo o processo de elaboração desta Carta Educativa de 2.ª Geração.-----

-----Posto isto, foi colocado à votação a **VERSÃO FINAL DA CARTA EDUCATIVA 2.ª GERAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS**, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	0	0	0	0	0	14
ABSTENÇÕES	0	0	2	2	0	1	5
VOTOS CONTRA	0	3	0	0	1	0	4

-----**DELIBERAÇÃO N.º 18/AM/2024:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Carta Educativa 2.ª Geração do Município de Lagos, nos termos consignados no n.º 1 do Artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 7 de fevereiro de 2024.---

-----O Grupo Municipal do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O primeiro objetivo da Carta Educativa é “*Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação*”. Ora no programa de execução vemos na tabela 1 que sobre a nova escola EB 2,3. Não foi sequer feito um estudo que fosse. Zero trabalhos realizados. Não concretizado. Esta carta educativa é apresentada como um paradoxo e prova uma vez mais que as opções políticas do partido socialista são erradas. A apresentação falou metade do tempo do acréscimo de necessidades e da falta de capacidades. A rede de



estabelecimentos está saturada. Para o Executivo socialista, a solução é sempre mais uns contentores aqui, contentores ali. As opções políticas do partido socialista quanto a não precaver uma nova escola, está à vista de todos que é um erro que custa e irá custar dinheiro, dificulta e dificultará a gestão educativa, e prejudica e prejudicará a qualidade do ensino no Concelho. Precisamente um ano atrás, por nossa iniciativa promovemos e fizemos aprovar uma proposta conjunta com BE, CDU, LCF e PSD que ia ao encontro da posição dos Diretores dos agrupamentos de escolas e pedia à CML que iniciasse com carácter de urgência as diligências para se executar uma terceira escola EB 2,3 prevista na Carta Educativa em vigor. O executivo, por teimosia política ignorou a proposta da AML e agora apresenta-nos uma revisão da Carta educativa em que fez desaparecer a viabilidade da solução da nova escola. E agora pede a sua aprovação. É realmente caricato que esse documento estratégico que estamos a votar apresente dois cenários de atuação quando na verdade se admite que a Câmara já optou por um deles faz anos. Parece que esta revisão apenas serve para tentar justificar o injustificável. A posição do CHEGA é claramente oposta à do partido socialista: Somos por uma nova escola EB 2,3 que resolva de uma vez o reforço da capacidade presente e futura das escolas em Lagos. E por isso só poderemos votar contra este documento.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 24 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, em exercício, Maria Paula Couto (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 39 minutos.-----

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-678-13.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) questionou, sobre a água, que o Município de Lagos aderiu a uma proposta feita em sede da AMAL, as implicações que teria para os lacobrigenses e em que mediada essa opção estaria de acordo com a realidade atual e qual a motivação, por parte da Câmara Municipal, a aderir a esta medida.-----

-----O Sr. Paulo Morais (PS) fez a seguinte intervenção: “Neste ponto da informação escrita do presidente da câmara municipal, são relatadas as atividades produzidas pela autarquia. Sendo o documento muito extenso e detalhado, cumpre enfatizar alguns pontos relevantes para a vida coletiva do concelho de Lagos. No tema de Habitação e Coesão Social, destaca-se que foi efetuado o acompanhamento dos procedimentos concursais para atribuição de 47 novos fogos municipais, nas modalidades de arrendamento apoiado (24 fogos) e arrendamento acessível (23 fogos), ao abrigo do Programa 1.º Direito. Deve também dar-se destaque ao trabalho desenvolvido no âmbito do atendimento e acompanhamento social, assegurando a rápida resposta ao elevado número de pedidos de apoio social. Ainda nesta temática, refira-se, no âmbito da Rede Social, a realização das atividades conducentes à elaboração do Plano de Ação para o ano de 2024 e à constituição do Núcleo Local de Garantia para a Infância de Lagos. Há que referir as atividades de apoio a quem mais precisa. Citando a



Fl. 32v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

informação, no período em apreço, foram concedidos 987 apoios, consubstanciados em bens de primeira necessidade (géneros alimentares, produtos de higiene e limpeza, produtos infantis), perfazendo mais de 175 mil euros; bem como 63 participações (sem os dados de janeiro 2024) de despesas com medicação e o fornecimento de 1752 refeições confeccionadas à população em situação de sem-abrigo. Fica o nosso reconhecimento a tão meritória e socialmente justa ação. A atividade autárquica não se manifesta só em atividades culturais, desportivas, educativas, sociais e administrativas. A autarquia municipal não descarta as obras públicas, infraestruturas e equipamentos. No âmbito dos Estudos, Projetos e empreitadas vamos dar alguns exemplos. Foram lançados os seguintes procedimentos: - para a remodelação total dos sistemas de CCTV no Centro Cultural de Lagos e no Mercado da Avenida, bem como a instalação desse sistema na Escola EB1 do Chinicato; - para o fornecimento e montagem de rede de deteção de incêndios, incluindo central endereçável, na Igreja Nossa Senhora do Carmo (vulgo Igreja das Freiras); - uniformização da Rede de Iluminação Pública, através da instalação de novas luminárias, na Urbanização dos Taxistas; - realização das atividades relativas à inspeção, reinspeção, inspeções extraordinárias e selagens de ascensores, outros equipamentos e outro procedimento que visam a manutenção periódica de instalações e equipamentos AVAC e AQS em funcionamento nos edifícios municipais; - desenvolvimento do projeto de execução tendente à ampliação da Escola EB2,3 Tecnopolis, em Lagos, a qual passará a ser constituída por mais um edifício, com salas de aula desenhadas para a prática de atividade letiva de natureza específica: Educação Musical, Educação Musical de uso polivalente, Estúdio de gravação, Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA) e respetivas instalações sanitárias, Sala *Snoezelen* e de Apoios Diretos e Terapias, construção de novas salas, espaços comuns e acessórios; - a elaboração do Estudo Prévio para a Construção de 51 fogos nas frações C, D e E do edifício sito na Rua de Santo Amaro, em Lagos. - a elaboração de Estudo Prévio para a Construção de 20 fogos nos lotes 21 e 22 do Loteamento Municipal Lacóbriga, em Bensafrim; - a elaboração de Estudo Prévio para a Construção de 14 fogos nos lotes 3.14 e 3.17, no Loteamento Municipal II – Mercado Municipal, em Bensafrim; - a elaboração do projeto de “*Ambientes e Comunicação para o Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal Dr. José Formosinho*”, o qual engloba o Projeto de Museografia, o Projeto Gráfico, Catálogo e Merchandising personalizados, o Projeto de Acessibilidades e a reportagem fotográfica e vídeos, após a instalação e inauguração do Núcleo de Arqueologia; - a empreitada de «estabilização da Arriba da Praia da D. Ana e restabelecimento de acesso ao Edifício Montana», tendo por objeto a construção da plataforma de suporte da faixa rodoviária que pretende repor as condições de segurança para a circulação pedonal e rodoviária, sobre a arriba da praia de D. Ana no acesso ao Edifício Montana; - a construção de 2 módulos de catacumbas (60 unidades) e 2 módulos de ossários (128 unidades), no Cemitério Novo de Lagos; - a reabilitação do parque de estacionamento, incluindo ampliação de ilha ecológica, junto ao mercado de Odiáxere»; - a remodelação da rede de iluminação pública nas Urbanizações Paraíso da Luz e Cama da Vaca, com a remoção dos candeeiros existentes e a instalação de uma solução de Iluminação Pública com baixo consumo e de elevada eficiência



luminosa; - a empreitada de «diminuição de perdas de água no sistema distribuidor sob influência do reservatório RI no concelho de Lagos», para a implementação de sistema de diminuição das perdas de água na rede distribuidora sob influência deste Reservatório. Apraz-nos um investimento estruturante e relevante para a região do Algarve e, também, para o município lacobrigense. Foi publicado no passado dia 16 de fevereiro de 2024 o Aviso do anúncio do procedimento para a Concessão- Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização da Região do Algarve, sendo a entidade adjudicante a empresa Águas do Algarve, S. A., com o preço base de 90 milhões de euros, o prazo até final de 2026, a ser instalada na freguesia de Albufeira e Olhos de Água, a qual terá como capacidade inicial de produção, 16 milhões de m³/ano de água, ficando a obra preparada para o aumento da capacidade para 24 milhões m³/ano. As boas notícias não ficam por aqui. Foi publicado o Despacho n.º 1661/2024, de 12 de fevereiro, do Gabinete do Ministro da Saúde, que aprovou o teor e conclusões constantes da «Revisão do Perfil Assistencial e Dimensionamento» relativo ao programa funcional do Novo Hospital Central do Algarve. O perfil funcional e dimensionamento propostos para o Novo Hospital Central do Algarve preveem como requisitos mínimos de capacidade um total de 742 camas. Inclui-se nesta dimensão 619 camas de internamento convencional, 36 camas de internamento em psiquiatria, 10 camas de internamento em psiquiatria da infância e da adolescência, a que se somam 77 camas de internamentos especiais (39 de medicina intensiva de adultos, 6 de medicina intensiva de pediatria, 6 da unidade de cuidados intensivos de cardiologia, 9 da unidade de AVC e 17 dos cuidados de neonatologia). São considerados a hospitalização domiciliária, os cuidados paliativos, um total de 18 salas de bloco operatório, 74 gabinetes de consulta, o bloco de partos com 10 quartos e os diversos hospitais de dia.»-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) deu uma nota positiva à Gala do Desporto e congratulou todos os que propiciaram esta Gala do Desporto. Como pontos negativos lembrou que na primeira reunião desta sessão esteve presente a Sra. Diana Mendes a falar do problema de estacionamento junto à sua porta, na Travessa do Ramalhete, Espiche, na Praia da Luz. Esta senhora veio à Assembleia Municipal para resolver os seus problemas por não terem sido resolvidos pela Câmara Municipal e lembrou que não se pode ignorar estas exposições, senão estariam a ser coniventes com a indiferença manifestada para com estes cidadãos pedindo celeridade nas respostas uma vez que é a própria Assembleia Municipal que fica em causa. Relativamente à exposição da cidadã Diana Gomes apresentou as fotografias da fachada da senhora e lembrou a situação destacando que no beco em frente à sua porta é permitido estacionar e que se estiverem estacionados carros a ambulância não passa e, no entanto, se estacionar na sua fachada, que não dificulta o trânsito já é um problema e que na sua exposição são feitas acusações muito graves de discriminação negativa desta cidadã. Acerca da Travessa do Ramalhete, também na Praia da Luz, referiu que a situação verificada naquela rua já dura há mais de vinte anos e que os residentes daquela zona, durante o inverno, veem a lama passar mesmo à sua porta. Verifica-se ainda a falta de passeios pedonais na zona e muita falta de segurança rodoviária. Relativamente à Estrada Municipal 537, referiu que a Câmara Municipal



Fl. 33v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

informou na altura que o promotor da obra estaria a iniciá-la dentro de pouco tempo, mas nada se fez nos últimos anos, não havendo nem passeio nem o desenvolvimento da obra e, no espaço de duzentos metros, os peões terão de passar pela estrada. Relativamente à falta da passadeira junto ao Centro escolar da Luz referiu que os alunos continuam a passar numa zona onde há a falta de passadeiras sendo importante para toda a comunidade escolar, bem como para todos os cidadãos para garantir a segurança necessária. Acrescentou ainda que será necessário uma intervenção no terreno adjacente contíguo ao passeio pedonal não finalizado. Este passeio precisa ser acabado para fazer a ligação à passadeira aguardando-se há muitos anos que se realize. Relativamente às ruínas do polivalente com court de ténis e outras valências desportivas partilhado protocolarmente entre a Junta de freguesia da Luz e o empreendimento Estrela da Luz, que já serviu também de Parque Infantil, neste momento está ao abandono podendo trazer perigosidade pela existência de materiais ferrosos abandonados e detritos perigosos para as crianças que não encontram quaisquer barreiras a impedir a sua entrada. Ao que se sabe, a manutenção do espaço é da responsabilidade da Junta de freguesia que nada tem feito para evitar os riscos. Também a Câmara Municipal não tem tomado medidas para evitar problemas e ou responsabilizar as entidades com obrigações nestas matérias. Relativamente ao espaço onde funcionou o parque infantil contíguo, encontra-se ao abandono e sem qualquer equipamento, referiu que aí se poderia instalar um parque infantil inclusivo, conforme a proposta de LCF que foi aprovada por unanimidade anteriormente, Concluiu que se trata de um espaço excelente para ser aproveitado em benefício da comunidade residente com muitas crianças a viver nessa área. Muitas Juntas de Freguesia ter um espaço como este sendo um desperdício por ser um local ótimo para a implantação de um parque infantil inclusivo. Relativamente ao percurso pedonal de acesso à praia da Luz, junto da igreja, referiu que o piso é propenso a quedas devido à calçada ser muito escorregadia e não percebe as razões para se ter construído uma salvação para a queda das pessoas num curto percurso anti escorregadio, apenas até à entrada na igreja e, deixando o resto do percurso até ao miradouro exposto ao perigo de queda dos transeuntes. Relativamente à antiga escola primária da Luz referiu que o edifício encontra-se ocupado no período de verão com o ATL mas que durante o resto do ano está sem uso e inoperacional sendo uma zona bastante útil para se aproveitar para outros fins sociais ou recreativos.-----

-----Esta intervenção teve a apresentação dos seguintes diapositivos:





-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) referiu que é de louvar o prazo de cinco dias de prazo médio de pagamento, referiu ainda o elogio dado por parte do Grupo Municipal do PS à empreitada de diminuição de perdas de água no sistema de distribuição de água sob a influência do reservatório RI no Concelho de Lagos questionando sobre o que é que consistem estas obras bem como a localização deste reservatório; por outro lado verifica-se que a aquisição de serviços para a realização do estudo geológico e geotécnico da praia do Pinhão foi suspenso uma vez que houve a derrocada e questionou qual é o ponto de situação da pronúncia da APA e como está a evoluir a situação; relativamente às fugas de água detetadas pela deteção de fugas estranhou o facto de em trezentos e oitenta e seis quilómetros de condutas foram verificados quinhentos e oitenta quilómetros em dois meses questionando como fazem esta vistoria; para finalizar, referiu que só há uma empreitada da rede de iluminação pública na urbanização Paraíso da Luz e Cama da Vaca pedindo o ponto de situação da substituição dos candeeiros não verificando qualquer empreitada para esta situação.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que não houve nenhuma menção a uma central de água ou ao hospital central, o que não é surpreendente, pois o partido que estava no governo nos últimos oito anos não o fez, e não seria de esperar que o fizesse agora que não está mais no governo. Em relação ao porto de Lagos, questionou qual é o ponto de situação em relação ao seu espelho de água, à sua concessão e às zonas urbanas relacionadas com a zona a Amar Lagos, e também questionou sobre o seu desenvolvimento. Após a reunião com os pescadores e a Polícia Marítima, onde se discutiu uma situação que poderia ser aproveitada, está a verificar-se um novo



Fl. 34v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

assoreamento da barra. Questionou se esta questão está a ser monitorizada e se pode haver tranquilidade de que não haverá um condicionamento da barra durante seis meses, como já aconteceu anteriormente. Em relação à praia do Pinhão, lembrou que a escada do Canelas ruiu, bem como parte do acesso aos passadiços nessa zona mais a sul, e questionou quais intervenções estão programadas para aquele local que estejam em perigo de desmoronamento, e pela limpeza daquela praia. Também questionou sobre o que está a ser feito no talude e na base da arriba. Relativamente ao 25 de novembro, lembrou que na sessão de dezembro de 2023 o Sr. Presidente da Câmara Municipal remeteu para esta sessão o assinalar desta data na informação do Presidente, mas não se assinalou uma vez mais esta efeméride. Questionou se em 2024, ano em que se comemoram os cinquenta anos do 25 de abril, se voltarão a fazer o mesmo. Sobre o bairro 25 de abril, questionou se será feito o reforço da iluminação e quais as novas fases, e referiu que na sessão de dezembro de 2023 foi falado pelo Sr. Vereador Luís Bandarra que o reforço da iluminação estava a ser preparado e que seria encomendado, solicitando o ponto de situação. Relativamente à Polícia Municipal, mencionou que na última sessão, o Grupo Municipal Singular do CHEGA explanou a situação das ações de fiscalização da Polícia Municipal, que se têm concentrado no trânsito, mostrando a sua opinião de que estes profissionais são mais do que fiscalizadores de trânsito. Recentemente, foram apreendidas oitenta e duas caixas de morangos que foram doadas a duas associações após análise, no entanto, surgiram algumas dúvidas sobre a sua atuação. Questionou se com esta alteração de prioridades verificadas, se podem verificar mais ações do género, e se a Polícia Municipal está mais preparada para este tipo de intervenções e se é agora que se irá acabar com a venda de produtos contrafeitos na cidade ou da droga falsa no centro da cidade. Em relação à água, referiu que a última deliberação da AMAL, de maioria socialista, feita no início de fevereiro, visa aumentar a água penalizando os consumidores entre 30% e 50%. Questionou se a Câmara Municipal irá seguir o exemplo da Câmara Municipal da Vila do Bispo, que já aprovou os novos aumentos de água, ou se vai seguir o exemplo da Câmara Municipal de Portimão, que já informou que não irá aumentar o preço da água.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) questionou quando o tema do preço da água irá à reunião de Câmara, considerando que já há cinco Municípios que tomaram posição desfavorável relativamente a este assunto. Questionou ainda se a Câmara Municipal está a pensar agendar reuniões de Câmara com este assunto em agenda, e também mencionou que tinha saído mais uma resolução do Conselho de Ministros para o Algarve. Em relação aos planos de estudo, já se passaram cerca de dois anos desde que houve contrato para elaborar os estudos sobre o centro histórico e o plano para o arrendamento acessível. Questionou se a Câmara Municipal já tem em seu poder esses documentos e para quando pensa apresentar estes estudos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, referiu que em relação à AMAL, têm-se realizado um conjunto de reuniões onde têm sido definidas medidas sobre o tema da água no Algarve. Destacou que pode vir a estar em cima da mesa uma medida municipal em que cada Câmara Municipal terá que avaliar. Esta medida prende-se com a penalização, considerando que pudesse haver uma redução



obrigatória por parte dos utilizadores, visando reduzir o consumo de água em 15% na região, especialmente no consumo doméstico, e uma redução ainda maior na agricultura e em outras entidades equiparadas. Salientou que, se não se verificar essa redução, corre-se o risco de eventualmente haver cortes de água. Nesse sentido, explicou que está pensado que o primeiro escalão não sofra alterações, enquanto no segundo escalão, caso haja um aumento tarifário, as famílias que conseguirem uma poupança de 15% não seriam afetadas por esse aumento. Porém, os escalões seguintes sofreriam aumentos progressivamente maiores, com o terceiro escalão a aumentar em 30% e o quarto em 50%. Esse aumento incidiria apenas sobre o consumo de água. Mencionou que Lagos ainda não tomou uma decisão definitiva sobre este assunto e está a avaliar a situação. Por outro lado, mencionou que Vila do Bispo já aumentou o preço da água, mas considera que o impacto financeiro será mais limitado em comparação com o impacto mediático. Enfatizou que este processo ainda está em fase de estudo para avaliar a situação, e que, por enquanto, não há uma decisão definitiva sobre o aumento. Relativamente à intervenção da Sra. Diana Gomes, mencionou que a Câmara Municipal, após avaliar a exposição da Muniçipe, regressou ao local para avaliar a situação e constatou que esta cidadã não tinha razão. A resposta foi dada à Muniçipe, e a exposição foi enviada para a Provedoria de Justiça e, posteriormente, para o Ministério Público, que arquivou o processo. Sobre as ruínas da praia da Luz, informou que o processo está em Tribunal e nenhuma intervenção pode ser feita no local. Em relação ao prazo de pagamento, gostaria que fossem reduzidos para três dias em vez dos atuais cinco dias, e mencionou que a rapidez no pagamento é um critério importante nos concursos públicos. Sobre o furo, explicou que se trata do furo das Portelas e que todos os furos estão a ser reavaliados em colaboração entre a Câmara Municipal, a APA e as Águas do Algarve, para garantir que estejam preparados para o consumo humano em caso de necessidade. Quanto às vistorias nas águas, mencionou que isso depende do equipamento disponível. Em relação à iluminação, informou que estão a ser feitos esforços nesse sentido, e destacou que a transição para LED nem sempre tem corrido da melhor forma devido à menor intensidade luminosa, mas ressaltou os benefícios da redução da poluição luminosa. Sobre os regulamentos do centro histórico, referiu que estão na terceira fase do estudo, que resultou já numa apresentação. Quanto à Marina, explicou que o projeto está em andamento, e os compromissos contratuais estão assinados, incluindo as obrigações de compensação para a zona dos pescadores. Em relação à Polícia Municipal, mencionou que o procedimento habitual resultou numa situação que foi noticiada, e espera que todos concordem com a explicação dada. Sobre o Bairro 25 de abril, informou que estão a trabalhar no projeto, mas uma construção ilegal está a impedir a terceira fase planeada. Sobre a praia do Pinhão, mencionou que pouco mais pode ser feito em relação à escadaria, e que tentaram encaminhar as pessoas para os passadiços antes do acidente ocorrido.

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) levantou a questão da situação da água no Algarve, salientando que não é tão simples como parece. Destacou que a região está dividida ao meio, com cinco Municípios e metade da população algarvia contra o aumento proposto. Considerou inaceitável que Concelhos como Lagoa e Loulé, onde se



Fl. 35v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

consome mais água, não estejam a contribuir, enquanto Lagos terá que arcar com essa despesa. Além disso, apontou a necessidade de verificar quem realmente consome água na região, questionando por que razão deveriam ser os residentes a pagar a conta, especialmente tendo em conta o uso da água na agricultura, observando uma grande discrepância entre o consumo doméstico e agrícola. Criticou a falta de prevenção por parte dos governos, permitindo atividades económicas que esgotam os recursos hídricos da região, apesar da seca conhecida há mais de vinte anos. Referiu-se às declarações do presidente da AMAL sobre a redução da pressão da água, implicando em menor disponibilidade deste recurso essencial. Destacou que, atualmente, todos os cidadãos de Lagos pagam uma taxa de disponibilidade, questionando se esta será reduzida. Considerou que estas medidas não têm sentido, já que todos pagam pela mesma medida, e defendeu que a Câmara Municipal deveria liderar pelo exemplo na redução do consumo de água, ao invés de impor regras aos cidadãos. Ressaltou que o PSD apresentou uma proposta nesse sentido em reunião de Câmara, mas a falta de verbas e tempo impediu a execução das quarenta e seis medidas propostas. Por fim, declarou a oposição do PSD de Lagos ao aumento do preço da água.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) destacou que o Sr. Presidente da Câmara mencionou a importância de fazer as contas e sugeriu à Câmara Municipal que disponibilize essa informação, conforme solicitado pelo Grupo Municipal da CDU por meio de requerimento. Esse pedido de informação foi feito para analisar o abastecimento de água e poder formar opiniões fundamentadas, aguardando-se esses dados para tal. Além disso, expressou preocupação com a demora do DASU em responder aos requerimentos, salientando que este processo tem levado meses. Também questionou o status das águas cinzentas e quando começarão a fluir nos canos. Adicionalmente, perguntou quando será realizado um contrato para os estudos dos cinquenta e um fogos na zona de Santo Amaro, indagando sobre a evolução do projeto e como se chegou a esse número de unidades habitacionais, e se esse estudo também abordará a capacidade construtiva do terreno.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF), em defesa da honra, observou que é prática comum que, quando os cidadãos expõem seus assuntos e a câmara responde, as respostas devem ser enviadas aos cidadãos. Ele apontou que a Câmara não encaminhou para a Assembleia Municipal essa informação, o que sugere que essa resposta pode não ter sido enviada ao cidadão.-----

-----A Sra. Maria João Baptista (PS) destacou o papel do desporto no Concelho ao longo dos anos, reconhecendo atletas locais que se destacam tanto no Algarve quanto internacionalmente. Elogiou o apoio da Câmara Municipal aos diversos clubes e programas desportivos, abrangendo diferentes faixas etárias e promovendo a saúde. Afirmou estar na terceira edição do projeto "Crescer em Movimento" e na segunda edição do projeto de adaptação ao meio aquático e de patinagem. Enfatizou o sucesso da sexta gala do desporto, reconhecendo não apenas os atletas premiados, mas também aqueles que contribuíram para o seu sucesso, incluindo as famílias. Referiu-se ao festival de caminhadas, que contou com a participação de setecentas pessoas, como um programa de sucesso, destacando o trabalho próximo desenvolvido no desporto. Em relação à cultura, mencionou as atividades educativas e culturais



direcionadas para diferentes faixas etárias, visando educar sobre a história local e o património do Concelho, tanto em Lagos quanto noutras freguesias, reconhecendo o trabalho realizado.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) observou que o pagamento em cinco dias não é novidade, conforme mencionado em várias comunicações do presidente. Sobre as respostas apresentadas, afirmou que o que estava previsto foi realizado, ressaltando a importância de uma limpeza controlada da praia para prevenir acidentes, especialmente em praias frequentadas mesmo sem vigilância, como a mencionada. Destacou a necessidade de intervir para evitar a degradação do Forte Ponta da Bandeira. Quanto à questão da água, enfatizou que ainda está em aberto, pedindo a contribuição de todos para reduzir o consumo e questionando como as medidas afetarão os cidadãos mais prejudicados.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) referiu que deveria ter-se em conta a grelha C do Regimento onde diz que os tempos deveriam ser dobrados no caso da informação do presidente e que não foi tido em conta isso.-----

-A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, Maria Paula Couto (PS) respondeu que o que diz no Regimento é que se poderá dobrar o tempo o que poderia não chegar a acontecer, caso não se verificasse essa necessidade.-----

-----**PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-678-15.-

-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em exercício, Maria Paula Couto (PS) referiu que deu entrada na Mesa uma exposição em como o documento não estaria em condições de ser debatido.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, apesar de considerar não haver razões para retirar o Ponto da Ordem do Dia retirou o Ponto da Ordem do Dia para que o assunto fosse esclarecido.-----

-----Posto isto, o Ponto 4 foi retirado da Ordem do Dia.-----

-----**PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO, EFETIVO E SUPLENTE, PARA A LAGOS-EM-FORMA - GESTÃO DESPORTIVA, E.M., S.A.:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-678-16.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira referiu que houve uma deliberação, mas que, entretanto, o Fiscal suplente deixou de exercer funções e o documento teve de ser ajustado propondo-se a alteração do revisor suplente.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que a nomeação foi feita em junho e que no final desse mês a pessoa nomeada retirou a inscrição e que esta revisão do documento deveria ter sido feita de forma mais atempada devendo haver mais celeridade no estabelecimento das coisas em ordem.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira informou que houve essa



Fl. 36v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

revisão e que só agora foi possível vir à Assembleia Municipal.-----
-----Posto isto, colocou-se à votação a **PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO, EFETIVO E SUPLENTE, PARA A LAGOS-EM-FORMA - GESTÃO DESPORTIVA, E.M., S.A.**, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	2	0	0	0	17
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	1	1	4
VOTOS CONTRA	0	3	0	0	0	0	3

-----**DELIBERAÇÃO N.º 19/AM/2024:**

-----**Designada**, por maioria, a Sociedade António Fortunato & Leiria Duarte - S.R.O.C., Lda., S.R.O.C. n.º 179, representada por António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato, revisor oficial de contas n.º 887 e Rafael Almeida da Silva, revisor oficial de contas n.º 1465, para as funções de , respetivamente, fiscal único e fiscal único suplente, da Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva, E.M., S.A., e a aprovação de todos os atos proferidos pelos mesmos no contexto do mandato autárquico 2021-2025, nos termos do n.º 3 do Artigo 26.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 20 de dezembro de 2023.-----

-----**PONTO 6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA HUMANA PARA O EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO SÉC. XXI:**

Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-678-17.-----

-----Sem ter sido alvo de qualquer intervenção, foi colocado a votação a **EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA HUMANA PARA O EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO SÉC. XXI**, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	3	2	2	0	0	22
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	1	0	1

-----**DELIBERAÇÃO N.º 20/AM/2024:**

-----**Aprovada**, por maioria, a autorização prévia genérica relativa à aquisição de serviços que dará lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, referente à aquisição de serviços de vigilância humana para o Edifício Paços do Concelho Séc. XXI, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1, conjugado com o n.º 6 do Artigo 22.º do Regime Jurídico Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública, e na alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, conforme a proposta apresentada pela



Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 7 de fevereiro de 2024.-----

-----O Grupo Municipal Singular do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O Partido CHEGA entende que por melhor serviço que as empresas privadas selecionadas desempenhem a vigilância do edifício da Câmara, dispondo o município de um corpo de Polícia Municipal formado e já habituado a fazer vigilância de pessoas e bens em várias atividades, é tempo de ser esta utilizada para começar a fazer pelo menos parte da vigilância do edifício da Câmara Municipal. São centenas de milhar de euros ano após ano e não se entende porque o executivo socialista, que é rápido a cobrar impostos mas incapaz de aplicar a receita em obras estruturantes, prefere continuar a aumentar os custos fixos com vigilância do edifício e não confia na própria polícia criada para exercer sequer uma parte desta tarefa de proximidade. O Partido CHEGA entende que a Polícia Municipal serve para muito mais do que meros fiscais de trânsito e por isso votamos contra mais este aumento de despesa nesta rubrica.”—

-----**PONTO 7 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO ORGÂNICO DO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-678-19.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, explicou o Ponto.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) questionou se estas equipas multidisciplinares serão criadas através de recrutamento interno ou externo.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) referiu que acham que a estrutura orgânica é completamente desadequada fazendo lembrar as estruturas orgânicas do passado e apesar destas equipas serem para equipas transversais, revelando que esta estrutura orgânica foi feita de uma forma desajustada, não elimina os erros cometidos na elaboração da mesma, aumentando a burocratização dos processos e atrasando o desenrolar dos procedimentos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu sobre o recrutamento, dizendo que iria depender de cada situação específica, podendo ser realizado tanto por recursos internos como externos. Quanto à estrutura orgânica, referiu que foi um projeto amplamente debatido e elaborado em conjunto com os dirigentes da Câmara Municipal. Destacou que a autarquia está satisfeita com essa estrutura, uma vez que não houve contratações externas adicionais. Enfatizou que o feedback recebido sobre o funcionamento da autarquia tem sido positivo e que isso depende da forma como os funcionários assumem as suas responsabilidades. Salientou que as decisões tomadas são de natureza política e que a intenção inicial era estabelecer o número máximo de equipas. No contexto do processo de Transferência de Competências, expressou o desejo de que alguém assuma o processo como um todo, em vez de lidar com ele de forma fragmentada.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) questionou se todas as equipas já estão em estudo ou se apenas sairá um cheque em branco não havendo nada previsto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) referiu que a aprovação destas equipas multidisciplinares



Fl. 37v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

vem dar razão às suas críticas sendo que é necessário corrigir as situações que continuam mal e, numa perspetiva moderna, é a que é apresentada no documento não fazendo sentido a estrutura orgânica como está desenhada.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que a estrutura orgânica apresentada é a que está aprovada e que estão a estudar o assunto relacionado com a habitação, mas por agora tudo está numa fase muito inicial. Acrescentou que esta equipa multidisciplinar tem a responsabilidade de centralizar todas as questões num único local, não estando vinculada a quaisquer departamentos, sendo criada para vários projetos, todos eles transversais.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação a **PROPOSTA REFERENTE À SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO ORGÂNICO DO MUNICÍPIO DE LAGOS**, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	2	0	0	1	18
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	1	0	3
VOTOS CONTRA	0	3	0	0	0	0	3

-----**DELIBERAÇÃO N.º 21/AM/2024:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a segunda alteração do Regulamento Orgânico do Município de Lagos, ao abrigo das disposições conjugadas do Artigo 6.º do Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais e da alínea m) do n.º 1 do Artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 7 de fevereiro de 2024.-----

-----O Grupo Municipal Singular do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Apesar do Regulamento Orgânico ter pouco mais que um ano de existência, é-nos proposto mais uma alteração, desta vez visando dar liberdade à Câmara Municipal para criar três novas equipas de projeto, cada uma delas a apetrechar com vários funcionários. O executivo socialista apenas justificou uma dessas equipas, mas pede à assembleia que aprove desde logo espaço para duas outras novas equipas sem que haja previsão ou enquadramento para as mesmas. O Partido Chega entende que a política de recursos humanos do partido socialista é caracteristicamente complicada, despesista e assente na multiplicação de postos de trabalho e não considera adequado estar a abrir portas a mais equipas sem enquadramento no organigrama apenas porque sim. Entendemos perfeitamente a necessidade de se criar a equipa que aqui se justifica no âmbito das áreas portuárias e praias, na sequência do que tem sido a transferência de competência na área marítimo-portuário iniciada em 2019. E apesar de considerarmos que esta questão particular está a ser resolvida muito tardiamente, votaremos abstenção e não contra.”-----

-----**PONTO 8 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO RECINTO ITINERANTE E LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO DO CIRCO NEDERLAND:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os



Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-678-21.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, explicou a proposta.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) referiu que subscrevem a proposta e apesar de ser simbólico é um pequeno contributo para que se possa continuar com esta arte que está em vias de extinção.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a **PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PELA EMISSÃO DAS LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO RECINTO ITINERANTE E LICENÇA ESPECIAL DE RÚIDO DO CIRCO NEDERLAND.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 22/AM/2024:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, isentar a entidade Circus Bravo Lda., com sede na Rua Eurico Santos Patrício, Bloco A - Armação de Pera, do pagamento das taxas previstas no Ponto 5 (Outros Eventos - por dia ou fração), do Artigo 32.º (Licenciamento de Atividades Ruidosas de Carácter Temporário) e do Ponto 2 (Licença de instalação e de funcionamento de recinto itinerante para a realização de divertimentos públicos - por cada dia), do Artigo 33.º (Licenciamento de recintos itinerantes de espetáculos e divertimentos públicos) do Anexo II do Regulamento e Tabela de Licenças, Taxas e Outras Receitas Municipais, no valor total de € 1 916,40 (mil novecentos e dezasseis euros e quarenta cêntimos), referente a instalação de Circo, nos termos do Artigo 11.º do Regulamento e Tabela de Licenças, Taxas e Outras Receitas Municipais, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 21 de junho de 2023.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Assim a Sra. Presidente da Mesa, em exercício, Maria Paula Couto (PS), após consulta à Assembleia, declarou encerrada a Sessão, eram 0 horas e 13 minutos, da madrugada do dia 21 de fevereiro de 2024, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, José Manuel da Silva Jácome, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos em exercício, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Paula Dias da Silva Couto.-----

